

ANEXO ____ – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

PREGÃO Nº ____/____ – TIPO ELETRÔNICO – PROCESSO Nº 04101.008493/2025-42– Lei nº 14.133/2021

CONTRATO Nº XX/2025 PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI (STORAGE E TAPE LIBRARY) DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (PJRN) E A EMPRESA_____.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – TJ/RN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.546.459/0001-05, com sede na Av. Jerônimo Câmara, 2000, Nossa Sra. de Nazaré, Natal/RN, CEP 59060-300, neste ato, representado pelo Presidente, Desembargador IBANEZ MONTEIRO DA SILVA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato, representada pelo Senhor (a) _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, bem como as formalidades constantes do Processo SIGAJUS Nº 04101.008493/2025-42, referente ao Pregão Eletrônico nº XX/2026-TJRN e seus ANEXOS, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes condições: **(Caso os grupos sejam adjudicados por licitantes distintos deverá a Administração fazer os devidos ajustes na respectiva minuta, excluindo as alusões ao grupo)**

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação do serviço especializado continuados de suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de TI (Storages Dell SC4020 e a Tape Library Quantum Scalar i500 e Tape Library) do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte (PJRN), incluindo fornecimento de peças e garantia de funcionamento, de acordo com as especificações e definições constantes no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº XX/2026-TJRN e seus anexos.

CLÁUSULA 2ª – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART. 92, IV, VII e XVIII da Lei nº 14.133/2021)

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA 3ª – DO VALOR CONTRATUAL

3.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços acima descritos, um valor mensal de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx), totalizando um valor global de R\$ xxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxx, para 30 (trinta) meses, em conformidade com as cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento Contratual e, bem assim, no edital do Pregão Eletrônico nº xx/2026 e seus anexos.

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

GRUPO	ITEM	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/ CATSER	Quantitativo	Métrica ou Unidade	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
01	1	0023908 - SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, INCLUINDO MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA OS STORAGE DELL SC4020		30	mês		
02	2	- 0023909 - SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, INCLUINDO MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA A TAPE LIBRARY QUANTUM SCALAR I500		30	mês		

Parágrafo único – Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII da Lei nº 14.133/2021)

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado do Rio Grande do Norte, Unidade Orçamentária:

XXXXX

XXXXX

4.2. Para fins de emissão do empenho, a empresa CONTRATADA deverá manter as mesmas condições da habilitação, cuja confirmação será feita através da consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou através da Internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

CLÁUSULA 5ª - DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Assinado o presente instrumento, a CONTRATADA deverá dar início a execução do objeto contratado, observados os prazos e condições fixados nesta cláusula e no item 5. do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº XX/2026 - TJRN, parte integrante deste, atentando-se para as condições de qualidade ali preceituados, nos moldes adiante descritos.

5.2. A execução do contrato será iniciada mediante emissão de Ordem de Serviço pela SETIC, conforme cronograma de ativação previamente acordado;

5.3. Todas as solicitações serão efetuadas pela CONTRATANTE através dos Canais de Comunicação formais da CONTRATADA, onde deverão constar todos os requisitos da solicitação a ser realizada;

5.4. A prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento e substituição de peças, deverá ocorrer, observando os prazos no item 4.4 - Requisitos Temporais do Termo de referência, nos locais onde os equipamentos estão instalados, conforme definição da área técnica do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte;

5.5. Locais de execução dos serviços:

5.5.1. TJRN - Av. Jerônimo Câmara, 2000 - Nossa Sra. de Nazaré, Natal - RN, 59060-300 (Departamento de Infraestrutura e Suporte (DIS));

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

5.5.2. Esmarn - Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 151 - Candelária, Natal - RN, 59065-555;

5.6. Termo de recebimento provisório (Inciso II, do § 1º, do artigo 40, da Lei nº 14.133, de 2021): Por se tratar de serviço de manutenção de equipamentos, não haverá a emissão de termo de recebimento provisório.

5.7. Termo de recebimento definitivo (Inciso II, do § 1º, do artigo 40, da Lei nº 14.133, de 2021): Confirmado o início da prestação dos serviços, com disponibilização dos canais para a abertura de chamados técnico e realização da primeira manutenção preventiva, com o upgrade na interface da controladora do storage, a equipe técnica fará a conferência para emissão e encaminhamento do Termo de Recebimento Definitivo.

5.8. A validação será formalizada por meio de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pela equipe de fiscalização.

5.9. Documentação para pagamento: Após envio do Termo de Recebimento Definitivo, a contratada encaminhará a documentação necessária para que o Contratante dê início ao processo de pagamento.

5.8. A transição e encerramento contratual se dará de acordo com o item 5.2 do Termo de Referência do PE **xx/2026-TJRN**.

5.9. O atesto do serviço não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.10 – TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Ações Necessárias no Encerramento Contratual	Responsável	Prazo
(X) Verificação de atualizações de firmwares e patches de correção e segurança.	O fiscal técnico solicitará informações da contratada sobre atualizações de versões de firmwares e patches de correção e segurança dos produtos adquiridos.	Até o encerramento do contrato.
(X) Transferência final de conhecimentos	O fiscal técnico solicitará informações sobre novos recursos da solução e repasse deste conhecimento	Até o encerramento do contrato.
(X) Entrega de documentação	O fiscal técnico solicitará relatórios finais com todas as informações necessárias ao bom funcionamento dos equipamentos	Até o encerramento do contrato.
() Devolução de recursos materiais		
(X) Revogação de perfis de acesso	Caso tenha havido concessão de acesso remoto aos equipamentos, deverá ser revogada a permissão de acesso da contratada e removidos quaisquer perfis ou credenciais de administração.	Até o encerramento do contrato.
() Eliminação de caixas postais		
(X) Encerramento de todos os chamados	O fiscal técnico deverá cobrar da contratada o atendimento a todos os chamados abertos, caso necessário.	Até o encerramento do contrato.

5.10.1 - Os recebimentos provisório e definitivo deverão ocorrer por meio de serviços promovidos pela CONTRATADA nas datas agendadas e após procedimentos descritos no item 6.4. PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO, do Termo de Referência.

5.10.2 – A fiscalização do contrato providenciará a verificação dos serviços prestados e/ ou equipamentos substituídos.

CLÁUSULA 6ª – DA VIGÊNCIA (arts. 92, XIX e 105 da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 30 meses, contados a partir da data de sua assinatura, e poderá, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, ser prorrogado sucessivamente por meio de termo aditivo, respeitada a vigência máxima decenal, uma vez que o objeto se constitui em serviço de prestação continuada.

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

6.2. A prorrogação de que trata o item 6.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, bem como, a comprovação, no início de cada exercício, a existência de créditos orçamentários.

CLÁUSULA 7ª – DA GARANTIA DO CONTRATO

7.1 A contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% do valor anual do contrato.

7.2. Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverá fazê-lo previamente à assinatura do contrato, conforme prazo fixado no edital, contado da data de homologação da licitação (art. 96, §3º, da Lei Federal n. 14.133/2021).

7.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

7.4 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

7.5 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

7.6 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

7.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e,
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

7.8 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 7.7, observada a legislação que rege a matéria.

7.9 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica indicada pelo Contratante.

7.10 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

7.11 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.12 No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.14 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

7.14.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

7.14.2 O descumprimento do prazo do item 7.1 autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, a título de garantia, a serem depositados em favor do CONTRATANTE, bem como tal fato enseja a incidência de outras sanções administrativas;

7.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

7.16 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

7.16.1 A devolução da garantia pelo CONTRATANTE ocorrerá no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de autuação do pedido pelo Setor de Protocolo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, localizado no pavimento térreo do seu edifício-sede, notadamente no endereço descrito no preâmbulo deste Contrato;

7.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.19 O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

7.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

7.21. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência da entrega dessa garantia contratual, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira;

CLÁUSULA 8ª – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 141 da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Para efetuar o pagamento da despesa deverá ser observada a Resolução nº 15 TJ, de 09 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 09 de maio de 2018.

8.2. A contratada emitirá NOTA FISCAL/FATURA, com aplicação de eventuais descontos decorrentes do descumprimento dos NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, na forma detalhada no Item 6.5 - Níveis Mínimos de Serviço Exigidos, do Termo de Referência.

8.3. Os serviços serão atestados pelo responsável designado para exercer a fiscalização do contrato, no prazo de 15 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura. O fiscal tendo verificado a necessidade de a despesa ser paga em processo diverso daquele que deu origem à contratação, dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, providenciará a autuação de novo processo, juntando ao mesmo a documentação descrita no item 8.2.

8.4. No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após adoção das providências referidas no subitem 8.3., o Fiscal deverá encaminhar o procedimento à Secretaria de Orçamento e Finanças, para fins de registro, no prazo de até dois (02) dias, da despesa em liquidação no Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil utilizado pelo CONTRATANTE.

8.5. Após o registro da despesa em liquidação de que trata o subitem anterior, a SOF devolverá os autos ao Fiscal para proceder com o atesto da Nota Fiscal/Fatura, depois de efetuar conferência da documentação legalmente exigível. Para efeito do adimplemento da obrigação, o fiscal no prazo

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

máximo de até 15 (quinze) dias, contados do protocolamento de que trata o subitem 8.2, efetuará a liquidação da despesa por meio do Atesto.

8.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

- a) cópia, com o confere com original, do Termo de Recebimento Definitivo do objeto do presente Contrato ou outro documento exigido pela fiscalização (relatório);
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta Quanto a Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluídas Contribuições Sociais;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual: Certidão Conjunta Quanto aos Tributos Estaduais e à Dívida Ativa do Estado;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal: Certidão de Débitos para com a Fazenda Municipal ou outra equivalente na forma da Lei, do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS: Certificado de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CNDT – Lei 12.440/2011), nos termos do Título VII-A da CLT.

8.6.1. A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser consultada “ON LINE” através do SICAF.

8.7. Os documentos previstos nas alíneas “b” a “f” do subitem 8.6 devem estar com o mesmo CNPJ, razão social e endereço da CONTRATADA, observadas as demais disposições contidas neste Contrato.

8.8. Tão logo seja aposto a data do atesto no Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil utilizado pelo CONTRATANTE, a SOF, obedecida a ordem cronológica de pagamento, efetuará a liquidação e o pagamento, o qual deve ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos.

8.9. Qualquer atesto só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com os órgãos referidos nas alíneas de “b” a “f” do subitem 8.6.

8.10. Sendo constatada qualquer irregularidade na documentação apresentada, a solicitação de cobrança será tornada sem efeito, com a consequente exclusão do beneficiário da lista classificatória de credores, a qual se processará mediante registro do inadimplemento junto ao Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil utilizado pelo CONTRATANTE, momento que serão interrompidos os prazos oponíveis ao CONTRATANTE.

8.11. Constatada a irregularidade, a CONTRATADA será notificada para sanar as ocorrências impeditivas da liquidação da despesa. Logo após saneamento, a CONTRATADA será reposicionada na lista, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos.

8.12. A CONTRATADA, por ocasião da emissão de qualquer Nota Fiscal/Fatura, deverá, previamente, solicitar informações junto à Secretaria de Orçamento e Finanças, para saber quais os dados que deverão constar do referido documento fiscal.

8.13. A Secretaria de Orçamento e Finanças do CONTRATANTE, quando a lei assim o determinar, efetuará todos os descontos legais, bem assim aqueles decorrentes de multas eventualmente aplicadas à CONTRATADA, por infração a cláusulas e condições deste Contrato e seus anexos, bem como do Termo de Referência que o integra como se transcrito estivesse, ou por deficiências e/ou falhas no fornecimento da CONTRATADA.

8.14. No caso da não efetivação do pagamento no prazo estabelecido no subitem 8.8, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios, que serão calculados pela aplicação da seguinte fórmula:

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

EM = i x N x VNF, Onde:

EM: são os encargos moratórios devidos;

N: é número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VNF: é valor da Nota Fiscal/Fatura;

I: é o índice diário de compensação financeira, calculado com base na média aritmética simples do INPC (IBGE) e do IGPDI (FGV), dos últimos doze (12) meses, dividida por 365, cuja fórmula é: $i = [(INPC + IGPDI) / 2] / 365$.

a) O valor dos encargos moratórios será simetricamente arredondado para duas casas decimais;

b) Na hipótese de extinção de um desses índices (INPC e IGPDI), será utilizado o índice que vier a substituí-lo.

8.15. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreção será devolvida à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação.

8.16. Os prazos para pagamentos definidos nesta cláusula ficarão suspensos enquanto não for sancionada a Lei Orçamentária Anual – LOA de cada exercício financeiro, não ensejando assim, qualquer encargo moratório por atraso nos pagamentos do início do referido exercício, em razão do CONTRATANTE não ter dado causa.

8.17. A CONTRATADA se obriga a devolver valores eventualmente recebidos em excesso, por ocasião de pagamentos realizados pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 876 da Lei nº 10.406/2002, ou alternativamente, suportar descontos em faturas vincendas.

8.18. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados, os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Sem prejuízo das disposições previstas em Lei, são obrigações da CONTRATADA, além de cumprir rigorosamente os termos de sua proposta:

9.1.1. Manter os seus empregados, por ocasião da execução do contrato, sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o referido Órgão;

9.1.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE;

9.1.3. Manter os seus empregados identificados por crachá, quando da execução do contrato, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do CONTRATANTE;

9.1.4. Responder pelos danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo CONTRATANTE;

9.1.5. Responder por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do contrato;

9.1.6. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários no recinto do CONTRATANTE;

9.1.7. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail ou telefone, indicados na respectiva proposta;

9.1.8. Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução do contrato, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

9.1.9. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

9.1.10. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

no decorrer da execução do contrato ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

9.1.11. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à execução do contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;

9.1.12. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.1.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

9.1.14. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

9.1.15. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

9.1.16. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

9.1.17. Executar o objeto em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

9.1.18. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observação realizadas pelo CONTRATANTE;

9.1.19. Não transferir a terceiros o contrato a ser firmado, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, como também, não subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, conforme item 4.11 do termo de Referência;

9.1.20. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão, nem veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE;

9.1.21. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização do contratante;

9.1.22. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do Contrato, nos termos do Art. 121 da lei nº 14.133, de 2021;

9.1.23. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

9.1.24. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato;

9.1.25. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.26. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz", conforme determina o art. 92, XVII, da Lei Federal n. 14.133/2021;

9.1.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei no 14.133, de 2021;

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

9.1.29. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar os profissionais nesse sentido;

9.1.30. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei no 14.133, de 2021;

9.1.31. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 Lei no 14.133, de 2021);

9.1.32. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.33. A inadimplência da CONTRATADA, para com quaisquer de suas obrigações, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o custo da contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

9.1.34. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

9.2. Sem prejuízo das disposições previstas em Lei, são obrigações do CONTRATANTE:

9.2.1. Acompanhar e fiscalizar a correta execução do contrato;

9.2.2. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso, comunicando de imediato as ocorrências de quaisquer fatos que exijam imediatas corretivas por parte da CONTRATADA;

9.2.3. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinente ao objeto contratado;

9.2.4. Comunicar à CONTRATADA, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução do contrato, exigindo adoção das providências necessárias;

9.2.5. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

9.2.6. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

9.2.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como, efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas no Contrato;

9.2.8. Suspender de imediato a execução contratual que não estiverem em conformidade com as especificações e características constantes da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

9.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.2.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 meses (art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021). O prazo ora indicado ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante ou, ainda, nos demais casos em que a mora não for ocasionada pela Administração.

9.2.11. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos, cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

9.3. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 10ª – DO REAJUSTE DO CONTRATO (art. 92, §3º da Lei nº 14.133/21)

10.1. (...) 10.1.1 - Na forma do §3º do artigo 92 da Lei 14.133, de 2021, o dia xxxxxxxx deve ser tomado como data-base para cálculo de reajuste, oportunidade em que foi emitido e acostado o documento nº xxxxxxxx, dos autos do processo Sigajus xxxxxxxx, o registro da contratação no Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil utilizado pelo TJRN. 10.2 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados de ofício pelo Contratante ou a pedido da Contratada, materializando-se por simples apostilamento, calculado com base na média aritmética simples do ÍNDICE DE CUSTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, acumulado nos últimos 12 meses, com data-base vinculada à data do registro da contratação no Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil utilizado pelo TJRN

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, O CONTRATANTE pagará A CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

10.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.7. Os efeitos financeiros retroagem a data de aquisição do direito, nos termos do item 10.1. desta Cláusula.

10.8. O reajuste será demandado pelo fiscal administrativo e encaminhado à Secretaria de Orçamento e Finanças para validação dos valores atualizados que embasarão o termo de Página 12 de 12 apostilamento, conforme disposição da Portaria nº 1590, de 22 de dezembro de 2023, art. 17, XII.

10.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

10.10. Ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o Contrato.

CLÁUSULA 11ª – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

11.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 12ª – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

12.1. Com base na Lei Federal n. 14.133/2021, comete infração administrativa, além das penalidades inseridas no termo de referência – item 6.6, a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas a CONTRATADA se incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa:**

i) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

ii) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

iii) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

iv) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 15% do valor do Contrato.

v) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

vi) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

12.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo, ao final, serem quitados espontaneamente pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de recebimento da comunicação respectiva.

12.5. Expirado o prazo fixado no subitem 12.4 desta Cláusula e não tendo havido a quitação espontânea pela CONTRATADA, o CONTRATANTE fica autorizado a descontar da respectiva garantia contratual ou de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, a importância correspondente à multa ainda não quitada (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

12.6. Em última hipótese, o saldo remanescente será cobrado judicialmente, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).

12.7 À Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios do TJRN, após determinação da Secretaria de Administração, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

12.8. Em casos especiais, quando o prazo para entrega for acordado como IMPRORROGÁVEL, registrado na respectiva solicitação, atrasos ou falhas na prestação do serviço implicará em glosa integral do valor da respectiva obrigação.

12.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).

12.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei (art. 159).

12.13. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.15. Não atendimento aos Níveis Mínimos de Serviço exigidos, serão aplicadas as glosas/sanções previstos na Cláusula 21ª deste instrumento.

12.16. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA 13ª – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A equipe de gestão da contratação, responsável por fiscalizar a execução contratual, deverá realizar todas as atividades das etapas de gestão do contrato.

Para fins de papéis e responsabilidades o Gui de Contratações de TIC do Poder Judiciário, anexo da Resolução CNJ nº 468/2022 (disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4663>), consideram-se as seguintes atribuições:

I. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, preferencialmente da Área Demandante da solução, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

II. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;

III. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa do órgão, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes, obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e demais obrigações contratuais.

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

IV. Fiscal Demandante do Contrato: servidor representante da Área Demandante da solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista de negócio e funcional da solução de TIC.

13.2. Os integrantes da equipe de gestão de contrato devem ter ciência expressa das suas indicações e das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.

13.3. O papel de gestor do contrato não pode ser acumulado com nenhum outro papel da equipe de gestão da contratação.

13.4. O gestor do contrato, os fiscais demandantes, técnico e administrativo do contrato, poderão ser os mesmos servidores que realizaram o planejamento da contratação, desde que atendam os princípios da vantajosidade e economicidade para a administração pública.

13.5. Os papéis de fiscais não poderão ser acumulados pelo mesmo servidor, salvo quanto aos papéis de fiscal demandante e técnico, em casos excepcionais, mediante justificativa fundamentada nos autos e aprovado pelo superior imediato do dirigente da área de TIC.

13.6. O fiscal administrativo deverá ser designado pela autoridade competente e não poderá ser servidor da área de TIC, salvo em situações excepcionais, devidamente justificada.

13.7. Durante a fase de gestão do contrato, a equipe de fiscalização do contrato, sob coordenação do gestor do contrato, deverá proceder à atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos.

CLÁUSULA 14ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 106, III e 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

14.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

14.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/21).

14.4. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivadas nos autos de processo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade do CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

14.5. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados, nos termos do art. 139, IV da Lei n.º 14.133/21.

Parágrafo único: A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

14.6. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA 15ª – DA FUNDAMENTAÇÃO E DA VINCULAÇÃO

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

15.1. O presente instrumento fundamenta-se na Lei 14.133/2021 com suas posteriores alterações, e vinculam-se ao presente Contrato, fazendo parte deste, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº xx/2026-TJRN, e seus anexos, como também, a Proposta de Preços da CONTRATADA.

CLÁUSULA 16ª - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Fica estabelecido que, na ocorrência de algum fato não previsto neste Contrato e Anexo, a solução caberá às partes, respeitada o seu objeto, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº. 14.133/2021, aplicando-lhe, se for o caso, supletivamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 17ª – DA ASSINATURA E DA PUBLICAÇÃO

17.1. Em conformidade com a Portaria nº 1.526, de 21 de Dezembro de 2018, a assinatura deste contrato poderá, preferencialmente, ser assinado digitalmente, por meio de Certificado Digital, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, ICP-Brasil.

17.2. O presente Contrato terá sua eficácia condicionada à divulgação do seu inteiro teor no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 18ª – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a, b e d” do item 12.2. deste Contrato caberá recurso no prazo de 15 dias úteis, contados da data da intimação, nos termos do art. 166 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Da aplicação da penalidade prevista na alínea “c” do item 12.2 deste Contrato caberá apenas pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, nos termos do art. 167 da Lei nº 14.133/2021.

18.3. Para os demais casos, o prazo de recurso será de três dias úteis, contados da intimação do ato, nos termos do art. 165, I da Lei nº 14.133/2021.

18.4. Os recursos terão efeitos suspensivos do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

CLÁUSULA 19ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS

19.1. As PARTES se obrigam a atuar no Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018 e a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, a ser regulamentada pelo TJRN.

19.2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito deste Órgão, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma que reflitam referidas Informações.

19.3. Caso um dos partícipes seja obrigado por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente ao outro envolvido no ajuste para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

19.4. As PARTES deverão notificar um ao outro, em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais por uma das partes, seus representantes ou terceiros autorizados, assim como qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da outra parte.

19.5. A PARTE que der causa será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao outro contratante e/ou a terceiros quando diretamente resultantes de descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA 20ª – GARANTIA E MANUTENÇÃO O (INCISO III, DO § 1º, DO ARTIGO 40º, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

20.1. A Contratada obriga-se a prestar os serviços contratados com garantia integral da execução, sem ônus adicional para o Contratante, durante todo o período de vigência contratual, que será de 30 (trinta) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

20.1.1. Durante esse período, a Contratada será responsável por todas as manutenções corretivas e preventivas, incluindo a substituição de peças eventualmente necessárias, a realização de atualizações, como o upgrade da interface da controladora do storage, e a garantia da continuidade e do pleno funcionamento da infraestrutura de armazenamento, conforme especificações técnicas e procedimentos definidos detalhadamente no Termo de Referência.

20.2. A contratada deverá assegurar a prestação contínua e ininterrupta dos serviços contratados, com garantia de qualidade, desempenho e suporte técnico, conforme os seguintes requisitos:

20.2.1. tipo da Garantia:

- I. A garantia da execução dos serviços será do tipo on-site, com atendimento presencial nas dependências do Contratante, sempre que necessário, conforme os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência. A Contratada deverá realizar, no local, todas as atividades previstas, incluindo manutenções preventivas e corretivas, diagnósticos técnicos, substituição de peças defeituosas e atualização da infraestrutura. O envio de equipamentos para terceiros não será admitido como solução padrão, exceto em casos excepcionais e com prévia anuência do Contratante, permanecendo sob responsabilidade da Contratada a logística, os custos envolvidos e a garantia de continuidade dos serviços.
- II. O cumprimento do NMS será verificado por meio de monitoramento contínuo, relatórios técnicos mensais e registros de chamados abertos.

20.2.2. Suporte Técnico e Atendimento: A Contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado durante toda a vigência contratual, nas seguintes modalidades:

- I. • Suporte Remoto: Atendimento via telefone, e-mail ou sistema de chamados eletrônico, com equipe técnica qualificada para análise e solução de problemas. O suporte deverá estar disponível em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h.
- II. • Suporte Presencial (on-site): Nos casos em que o atendimento remoto não for suficiente para a resolução do problema, será exigido o envio de técnico(s) qualificado(s) às dependências do Contratante. O suporte presencial deverá observar os prazos e níveis de criticidade estabelecidos neste Termo de Referência.
- III. O atendimento deverá seguir os níveis mínimos de serviço pactuados, com priorização conforme impacto à operação do Contratante.

20.2.3. Níveis de Atendimento Técnico: Conforme detalhamento contante no item 4.8.6. do Termo de Referência do PE nº **xx/2026-TJRN**.

20.2.4. Substituição e Correção

I. Na hipótese de ser identificada a necessidade de substituição de peça defeituosa ou, em casos extremos, do próprio equipamento, a Contratada deverá realizar a correção dentro dos prazos definidos nos Níveis Mínimos de Serviço, contados a partir do acionamento formal da ocorrência pelo Contratante.

II. A entrega e/ou substituição dos itens deverá ocorrer sem qualquer ônus para o Contratante, nos seguintes locais, conforme orientações da equipe técnica responsável:

- Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN – Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 151 - Candelária, Natal - RN, 59065-555 e/ou,
- Departamento de Infraestrutura e Suporte (DIS) – Sede do PJRN – Av. Jerônimo Câmara, 2000 – Bairro Nossa Senhora de Nazaré – CEP 59060-300 – Natal/RN.

III. Todos os custos relacionados à substituição, incluindo transporte, peças, mão de obra e logística, serão de inteira responsabilidade da Contratada. O não cumprimento dos prazos poderá ensejar aplicação de penalidades contratuais previstas no Termo de Referência.

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

20.5. Não estarão cobertos pela garantia:

- I. Danos causados por operação indevida, intervenções não autorizadas ou uso incompatível com as orientações do fabricante ou com os procedimentos operacionais definidos pelo Contratante;
- II. Danos decorrentes de eventos externos imprevisíveis, como desastres naturais, sinistros ou sabotagens, desde que não relacionados à execução inadequada dos serviços pela Contratada;
- III. Interrupções causadas por falhas na infraestrutura externa ao sistema de armazenamento, como problemas elétricos ou de rede, salvo quando diretamente relacionadas à atuação da Contratada

20.6. Modalidades de Suporte Técnico

A Contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado durante toda a vigência contratual, nas seguintes modalidades:

20.6.1. Suporte Técnico Remoto: Atendimento via telefone, e-mail ou sistema de chamados eletrônico, com equipe técnica qualificada para análise e solução de problemas. O suporte deverá estar disponível em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h.

20.6.2. Suporte Técnico Presencial

- I. (on-site): Nos casos em que o atendimento remoto não for suficiente para a resolução do problema, será exigido o envio de técnico(s) qualificado(s) às dependências do Contratante. O suporte presencial deverá observar os prazos e níveis de criticidade estabelecidos neste Termo de Referência.
- II. O atendimento deverá seguir os níveis mínimos de serviço pactuados, com priorização conforme impacto à operação do Contratante.

III. Os níveis de atendimento técnico estão detalhados no item 4.8.6 do Termo de referência do PE nº xx/2026-TJRN.

20.7. Manutenção dos Equipamentos

20.7.1 Manutenção Preventiva: A manutenção preventiva deverá ser realizada trimestralmente, mediante agendamento prévio com a Contratante, com o objetivo de garantir o funcionamento contínuo e estável dos equipamentos. As atividades mínimas a serem executadas incluem:

- I. Verificação de logs de eventos e falhas;
- II. Análise do estado físico e lógico de discos, controladoras, ventoinhas e temperatura dos equipamentos;
- III. Atualizações de firmware, exclusivamente, quando disponibilizadas publicamente pelo fabricante. • Limpeza física dos equipamentos (quando possível e seguro);
- IV. Avaliação geral da saúde dos sistemas de armazenamento;
- V. Elaboração de relatório técnico contendo as ações realizadas e eventuais recomendações.

20.7.2. Manutenção Corretiva: Deverá ser realizada sempre que for identificado o mau funcionamento ou falha nos equipamentos, abrangendo:

- I. Diagnóstico da causa raiz da falha;
- II. Reparo imediato ou substituição de peças defeituosas;
- III. Adoção de medidas corretivas em software e firmware, quando necessário;
- IV. Restabelecimento das condições normais de operação do equipamento.

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

20.7.3. As manutenções corretivas deverão ser executadas dentro dos prazos estipulados para cada nível de criticidade do incidente, conforme descrito no item "Níveis de Atendimento Técnico".

20.7.4. Substituição de Equipamentos: Caso o equipamento apresente falhas que não possam ser solucionadas dentro dos prazos definidos para a categoria de criticidade, e sua indisponibilidade comprometa a continuidade dos serviços institucionais, a Contratada deverá providenciar sua substituição por outro com especificações técnicas iguais ou superiores, sem custos adicionais para o Contratante. Essa substituição poderá ocorrer de forma provisória (equipamento de backup temporário) ou definitiva, conforme o caso, garantindo que não haja interrupção na prestação dos serviços suportados por esses ativos.

20.7.5. Substituição de peças

Durante a vigência contratual, todas as peças que apresentarem vícios, falhas ou defeitos deverão ser substituídas pela Contratada sem ônus adicional para o Contratante. As peças utilizadas na substituição deverão atender aos seguintes requisitos:

- I. Serem novas, de primeiro uso e originais do fabricante do equipamento ou, em caso de descontinuação, compatíveis e com desempenho igual ou superior às peças substituídas;
- II. Serem certificadas ou homologadas pelo fabricante, quando aplicável;
- III. Estarem isentas de recondicionamento ou reutilização.
- IV. A Contratada deverá manter estoque mínimo ou garantir acesso rápido às peças necessárias para cumprimento dos prazos estabelecidos nos níveis de serviço, de modo a evitar indisponibilidades prolongadas dos equipamentos cobertos.

20.8. Demais requisitos de garantia e manutenção

20.8.1. O acionamento dos serviços de manutenção deverá ser realizado por meio de ligação telefônica, e-mail ou sistema web de chamados, disponibilizado pela Contratada, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h, exceto feriados.

20.8.2. O primeiro atendimento (diagnóstico inicial) deverá ser realizado dentro dos prazos definidos nos Níveis Mínimos de Serviço, conforme a classificação do incidente por criticidade.

20.8.3. A retirada de peças ou componentes defeituosos deverá ser feita nas dependências do Contratante, mediante agendamento, por profissional autorizado pela Contratada. Os locais de atendimento são:

- Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN – Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 151 - Candelária, Natal - RN, 59065-555 e/ou
- Departamento de Infraestrutura e Suporte (DIS) – Sede do PJRN – Av. Jerônimo Câmara, 2000 – Bairro Nossa Senhora de Nazaré – CEP 59060-300 – Natal/RN.

20.8.4. A substituição de peças ou equipamentos deverá ser feita utilizando itens novos, originais, de primeiro uso e não recondicionados. Caso o modelo esteja descontinuado, será aceita a substituição por item similar com especificações iguais ou superiores, mediante aprovação da equipe técnica da Contratante.

20.8.5. Se o problema não for solucionado dentro do prazo acordado para o nível de criticidade correspondente, o Contratante poderá solicitar a substituição imediata do equipamento ou componente, sem prejuízo da aplicação de penalidades contratuais.

20.8.6. Todas as despesas relacionadas à manutenção e garantia, incluindo mão de obra, deslocamento, substituição de peças, transporte e quaisquer encargos incidentes, serão de inteira responsabilidade da Contratada, sem repasse de custos ao TJRN.

20.8.7. Os demais detalhamentos estão descritos no item 4.8. do Termo de Referência do PE nº xx/2026-TJRN.

CLÁUSULA 21ª - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

21.1. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos.

a) Os Níveis Mínimos de Serviço Exigidos são indicadores mensuráveis estabelecidos para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. O atendimento técnico será dividido nas seguintes categorias, de acordo com a criticidade do problema relatado:

Categoria	Descrição	Tempo de Resposta	Tempo de Resolução
Incidentes Críticos	Situações em que o equipamento está completamente inoperante, afetando serviços essenciais ou interrompendo o funcionamento de sistemas institucionais críticos.	Até 2 horas úteis	Até 24 horas úteis
Incidentes de Médio Impacto	Situações em que o equipamento apresenta falhas que reduzem a eficiência ou comprometem parcialmente os serviços, sem interrupção total.	Até 4 horas úteis	Até 48 horas úteis
Incidentes de Baixo Impacto	Ocorrências que não afetam diretamente o funcionamento dos serviços, como esclarecimentos, orientações ou manutenção programada.	Até 8 horas úteis	Até 10 dias úteis

1.1. O cumprimento dos níveis de serviço será monitorado através dos chamados abertos e o cumprimento dos prazos estabelecidos. Tempo de resposta será considerado como o tempo para iniciar o atendimento.

2) Penalidades: Aplicadas de forma proporcional ao tempo de indisponibilidade e à criticidade do serviço afetado, e aferidos através das METAS PARA CUMPRIMENTO DOS INDICADORES, item 6.6 do TR e tabela abaixo.

Desempenho Mensal (Chamados atendidos dentro do prazo)	Percentual de Glosa Aplicável sobre o valor mensal	Observações
Igual ou superior a 90%	0% (Sem glosa)	Atendimento satisfatório
Abaixo de 90% até 80%	10%	Desempenho levemente abaixo do esperado
Abaixo de 80% até 70%	30%	Falhas significativas
Abaixo de 70% até 60%	60%	Comprometimento severo do SLA
Abaixo de 60%	100% (glosa integral)	Sujeito à rescisão contratual por inexecução parcial

CLÁUSULA 22ª - DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

22.1. A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao CONTRATANTE em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas ao produto objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA 23ª - DO FORO

23.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Natal/RN, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes, justas, combinadas e contratadas, firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só fim, na presença de testemunhas

Coordenadoria de Licitação, Contratos e Convênios

abaixo, para que surtam todos os efeitos legais.

Natal/RN, data da última assinatura digital.

Ibanez Monteiro
Desembargador Presidente do TJ/RN
CONTRATANTE

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____